



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4939

**Presidente da Mesa Diretora:** Antônio Silveira de Sá

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado ou não tramitado

**Autoria:** Antônio Soares Silva

**Data:** 08/02/2000

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2000. (REJEITADO). Dispõe sobre os direitos e garantias dos funcionários públicos municipais concursados, e dá outras providências

**Controle Interno – Caixa:** 26

**Posição:** 79

**Número de folhas:** 04

---

Ob/   
 Espécie: PL   
 Categoria: não votado, não tramitado   
 nº: 26   
 Ordem: 79   
 nº fls:



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2000

AUTOR:

VEREADOR ANTÔNIO SOARES SILVA

ASSUNTO:

DISPÕE SOBRE DIREITOS E GARANTIAS DOS FUNCIONÁRIOS  
PÚBLICOS MUNICIPAIS CONCURSADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

### MOVIMENTO

- 1 - ENTRADA EM 08/02/2000
- 2 - À COM. LEG. JUSTIÇA
- 3 - ~~APROVADO~~ REFEITA 10.
- 4 - REFEITA 10. 13.07.2000
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

Caixa



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2.000

## DISPÕE SOBRE DIREITOS E GARANTIAS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS CONCURSADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros, através de seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica obrigatório para os Prefeitos dos mandatos subsequentes conceder direitos e garantias a todos quantos funcionários públicos municipais concursados, de permanecerem trabalhando nas repartições públicas municipais e/ou locais onde já prestam serviços há mais de 04 (quatro) anos.

Parágrafo Único - Consideram-se conexos para efeito desta lei funcionários concursados e efetivos.

Art. 2º - Os funcionários públicos municipais concursados e lotados em determinados órgãos da municipalidade, há mais de 04 (quatro) anos, só poderão serem remanejados para outros setores e/ou locais de trabalho, por iniciativa do funcionário, ou por motivo de extinção do órgão ou serviço.

I- Exectuem-se dos direitos e garantias os funcionários que comprovadamente, com boletim de ocorrência causar prejuízo, corrupção, desvio de materiais, verbas e outros delitos que possam ocasionar danos ao município.

Art. 3º - Esta lei além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, saldos, salários, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimento.

§ 1º - Fica o Poder Executivo na obrigatoriedade de cumprir e fazer cumprir a presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 08 de Fevereiro de 2.000.

TONINHO GUERREIRO  
Vereador  
PFL

*Antônio Soares Silva*  
Toninho Guerreiro  
SECRETÁRIO



Companheiro o senhor  
do meu amigo  
Dr. Manuel Silva  
Presidente  
Excmo. Sr. Dr.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## PARECER

### ASSESSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

## RELATÓRIO

De autoria do Vereador Antônio Soares Silva o Projeto de Lei nº \_\_\_\_/2000 em tela, "Dispõe sobre direitos e garantias dos funcionários públicos municipais concursados e dá outras providências."

Enviada a proposição a esta Assessoria passamos a emitir o seguinte parecer:

## FUNDAMENTAÇÃO


No âmbito do Legislativo Municipal, existem limites para atuação do vereador, no que se refere à apresentação de proposições de caráter político, processual, legislativo ou administrativo cuja iniciativa seja atribuída exclusivamente ao Prefeito Municipal ou à Mesa da Câmara.

No caso do presente projeto de Lei a iniciativa é exclusiva do Prefeito Municipal a teor do disposto nos incisos I e II do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, bem como, art. 2º da Constituição Federal.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, o presente Projeto de Lei em destaque, é **ILEGAL E INCONSTITUCIONAL** pelo fato de invadir área de iniciativa exclusiva o Prefeito Municipal.

Sala da Assessoria Jurídica, 16 de fevereiro de 2000

  
Manoel Rodrigues Silveira  
Assessor Jurídico